

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE – ESCOLA GHC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – CÂMPUS PORTO ALEGRE

Curso de Especialização em Gestão da Atenção à Saúde do Idoso

IDOSAS CIDADÃS: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO PRODUTORA
DE SUBJETIVIDADE NO PROJETO MULHERES DA PAZ

AUTORA: MICHELE NUNES D'ÁVILA

ORIENTADOR. Me. LUIZ HENRIQUE ALVES DA SILVEIRA

PORTO ALEGRE

2013

MICHELE NUNES D'ÁVILA

IDOSAS CIDADÃS: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO PRODUTORA DE
SUBJETIVIDADE NO PROJETO MULHERES DA PAZ

Trabalho apresentado como pré-requisito de conclusão do Curso de Especialização em Gestão da Atenção à Saúde do Idoso. Parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul com o Grupo Hospitalar Conceição.

ORIENTADOR: Me. LUIZ HENRIQUE ALVES DA SILVEIRA

Porto Alegre, 2013.

RESUMO

A presente pesquisa irá constituir-se numa pesquisa-intervenção. O estudo se desenvolverá sobre a produção de subjetividade por meio do exercício de cidadania de mulheres idosas participantes do Projeto Social Mulheres da Paz Quadrante Nordeste do município de Canoas/RS. Esta pesquisa fará parte da capacitação de mulheres, enquanto lideranças comunitárias, de acordo com a proposta de trabalho do Ministério da Justiça por meio do Programa de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Este projeto é coordenado interdisciplinarmente e objetiva a construção de espaços de reflexão, discussão e atuação acerca de questões sobre direitos humanos, empoderamento feminino e violências que compõem a realidade da comunidade a qual pertencem as mulheres participantes do projeto. A proposta é por meio desta pesquisa-intervenção identificar de que forma o Projeto Mulheres da Paz capacita para o exercício de cidadania das idosas que dele participam, e partir disto, problematizar os modos de se viver, pensar e sentir o mundo que podem ser estabelecidos por meio da participação social que o Projeto possibilita. É importante destacar que este estudo tenta dar visibilidade para a discussão sobre a promoção do envelhecimento ativo, considerando o lugar que a mulher idosa ocupa socialmente. O grupo pesquisado será formado por mulheres com idades entre 60 e 78 anos, totalizando onze mulheres, que pertencem a dois grupos maiores de aproximadamente 30 mulheres cada. Esses grupos envolvem uma variante de idades, tendo como idade mínima 16 anos. Os dispositivos audiovisuais (vídeos, músicas), técnicas de grupo, oficinas e atividades externas se constituirão como dispositivos de subjetivação, visando promover um espaço de diálogo, produção de conhecimento, empoderamento feminino e ação social.

Palavras – Chave: Mulheres Idosas, Subjetividade, Cidadania.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	4
2. OBJETIVOS.....	8
2.1.OBJETIVO GERAL	8
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.1. O PROJETO MULHERES DA PAZ.....	9
3.2. GÊNERO E SUBJETIVIDADE.....	10
3.3. CIDADANIA.....	12
3.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTO ATIVO.....	14
4. MÉTODO.....	17
4.1. PROCEDIMENTOS.....	18
5. CRONOGRAMA.....	20
6. ORÇAMENTO – ESTIMATIVA DE CUSTOS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20
APÊNDICE.....	27

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este projeto se apresenta como uma proposta de reflexão acerca da produção de vida, entendida aqui como subjetividade, de mulheres idosas participantes do Projeto Social intitulado Mulheres da Paz. Primeiramente será destacada a questão da importância em problematizarmos o processo de envelhecimento a partir da realidade brasileira, trazendo como temática central a cidadania dos(as) idosos(as). Diante alguns apontamentos teóricos que consolidam a relevância em falarmos de tais assuntos, direcionando o olhar para as possibilidades de vida que se (re)criam por meio de um espaço coletivo de participação social.

Os objetivos serão apresentados e em seguida a discussão metodológica será trazida, no sentido de oportunizar a visibilidade da realização da pesquisa. É considerável destacar que este estudo parte de uma realidade de trabalho formal que já vem sendo desenvolvida pela pesquisadora há sete meses. Sendo por meio de um caminho percorrido, que o desejo em compreender as transformações (subjetivas e coletivas) nas vidas dessas mulheres vem se fazendo. A vontade de poder analisar de outra forma (por meio desta pesquisa) tais movimentos que pertencem a realidade deste Projeto, cria novos sentidos de trabalho e de intervenção. Podendo quem sabe, abrir portas (e janelas) para se pensar no lugar que esses espaços coletivos podem vir a ocupar nas vidas dessas idosas.

Partindo de dados demográficos que nos direcionam a pensar em transformações contemporâneas no que diz respeito ao envelhecimento, é necessário que problematizemos ações que dêem visibilidade a atuação dos(as) idosos(as) na sociedade. O exercício da cidadania, por sua vez pode ressignificar a vida nesta fase, contribuindo para a produção de subjetividades mais autônomas, coletivas e atuantes.

Através do Projeto Mulheres da Paz, mulheres, muitas com mais de 60 anos, desenvolvem trabalhos em suas comunidades, com um enfoque nas questões de gênero e juventude. Esses trabalhos partem de uma proposta que sejam realizados de forma coletiva, o que possibilita um convívio semanal em grupos. As atividades acontecem tanto na casa referência do Projeto, nas ruas e em demais equipamentos públicos do município de Canoas.

O Projeto Mulheres da Paz é uma iniciativa do Ministério da Justiça, instituído pela Lei nº. 11.530/2007 e pelo Decreto nº 6.490/2008, no bojo do Programa de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, que objetiva em linhas gerais, a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais, desenvolvidas pelas e para as mesmas, a partir do empoderamento feminino, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local. (BRASIL, 2012)

As Mulheres da Paz são mulheres da própria comunidade, capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências e fatores de risco e protetivos. Atuantes como multiplicadoras do programa, essas mulheres participam na mobilização social, articulando, em parceria com a equipe multidisciplinar do Projeto, a rede de Proteção Social Local, mantendo a interlocução e encaminhando os jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade para que sejam atendidos pelos serviços municipais e por projetos de formação e capacitação. (BRASIL, 2012)

De acordo com Figueiredo (2006) as mulheres constituem a maior parte da população mundial idosa. Dados nos apontam que em 1980, no processo do envelhecimento feminino, havia em escala mundial, três homens de 65 anos e mais, para cada quatro mulheres, relação que se mostra ainda mais forte nos países desenvolvidos, em razão do grande número de homens mortos durante a Segunda Guerra Mundial. Pode se entender que quanto mais a idade aumenta, mais numerosas são as mulheres. O envelhecimento passa a ser um fenômeno que se conjuga, antes de tudo, no feminino.

A mulher idosa teve sua historicidade marcada pelas questões de gênero que sempre submeteram a mulher a uma condição de submissão (FIGUEIREDO, 2006). Simone de Beauvoir (1960) aponta que o papel da mulher na sociedade como subalterna ao homem, advém de uma perspectiva em que o papel feminino é destituído de identidade cultural, e histórico, classificado como algo natural, meramente biológico. A autora apresenta sua recusa naquela ideia de naturalidade e aponta como ocorre a construção social dos sexos. Desta forma atribui diferentes espaços de poder para homens e mulheres, nos quais a mulher em geral ocupa lugares de menor empoderamento, de desvalorização e de subalternidade. Não se trata, portanto, de diferenças, mas de desigualdades que são produzidas e

reproduzidas em diferentes espaços – no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões, nas profissões, etc.

A partir dessas construções sociais acerca do feminino, a mulher vivenciou e ainda vivencia a imobilização diante da cidadania. Em muitos casos, passando a vida inteira sem saber reivindicar seus direitos, silenciando e omitindo a violação dos mesmos (MINAYO, 1996).

Na terceira idade essa situação de desigualdades é agravada. A sociedade vive o desrespeito com o idoso(a), principalmente a mulher idosa, que, desde a infância, adolescência e vida adulta, constantemente é ameaçada quanto a efetivação da sua cidadania. Uma sociedade brasileira direcionada pelo capital tende a valorizar e respeitar aquelas pessoas consideradas em idade produtiva e reprodutiva, e, neste sentido, a mulher idosa é duplamente penalizada, por ser mulher e por ser idosa (MOTA, 2001).

No entanto, observa-se que, por meio do conhecimento dos direitos de cidadã, a mulher idosa fortalece sua autoestima, passando inclusive, a se autocuidar, preservando sua conquista tanto de cidadã, como de mulher que possui capacidades para enfrentar desafios e conquistar saberes. (FIGUEIREDO, 2006). Neste sentido, o trabalho coletivo por meio de grupos de mulheres estabelece uma ligação entre processos subjetivos e psicossociais. Podendo nos servir como possibilidade de ação na esfera microssocial. (AFONSO, 2002).

Os grupos de acordo com Meneghel, Farina e Ramão (2005) são capazes de estimular o poder (empoderamento e a reciprocidade entre seus membros, fomentando a participação social e política. Esses grupos concebem o desejo de falar de si mesmo, de construir a própria história e de participar na comunidade.

O Projeto Mulheres da Paz busca consolidar a participação social e o exercício da cidadania por meio de espaços coletivos, tendo como foco o empoderamento das mulheres. (BRASIL, 2012). A busca por pertencimento, pela constituição de um coletivo pode fazer parte disso, através de espaços e momentos de vinculação afetiva, produzindo efeitos nas vidas dessas mulheres (COSTA; PAULON, 2012).

Os grupos de mulheres podem ser considerados uma estratégia de ação política, sempre que houver a possibilidade de reflexão e de ação (ZANELLA & ROSA, 2002 apud OLIVEIRA et al, 2009). Entender o grupo como político significa perceber que os atores criam os seus enunciados a partir de um lugar social e que

têm o poder de mudar as posições, já que nós produzimos ativamente as nossas próprias histórias, somos capazes de transformar nossas vidas.

Com base neste entendimento é que se considera relevante voltarmos a atenção para os efeitos que o Projeto Mulheres da Paz produz nas histórias de vida das idosas. Considerando como uma de suas finalidades o fortalecimento da participação social, que é destacada também pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) como uma das diretrizes que compõem o Pacto pela vida que diz respeito à saúde dos idosos(as). Alguns caminhos que já dialogam e que merecem rever suas escalas de análise por meio desta pesquisa. Estes conteúdos podem vir a nos servir na composição de outras ferramentas de trabalho mais integrais, participativas e cidadãs.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Conhecer e acompanhar a produção de subjetividade por meio do exercício de cidadania de idosas no Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste na Cidade de Canoas.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar a implicação das ações sociais realizadas por Idosas do Projeto Mulheres da Paz na produção de cidadania.

Problematizar a participação social de mulheres idosas no Projeto Mulheres da Paz no que diz respeito às possibilidades de subjetivação.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. O PROJETO MULHERES DA PAZ

De acordo com Brasil (2012), o Projeto Mulheres da Paz busca capacitar mulheres com perfil de lideranças comunitárias nos temas dos direitos humanos, direitos das mulheres e juventudes, para atuarem como Mulheres da Paz efetuando articulação social com as redes de proteção, prevenção e atendimento. Visando um amplo processo de diálogo, participação e mobilização, especialmente com as lideranças comunitárias, com as (os) conselheiras (os) do Orçamento Participativo, com as (os) servidoras (es) públicas (os) e com os membros de entidades associativas do bairro, através do qual se pretende apresentar e consolidar essa iniciativa com a comunidade em que o projeto é desenvolvido, interagindo com as expectativas locais.

A atual política de Segurança do Governo Federal implantou o que se chama de novo paradigma em Segurança Pública. Que visa articular ações policiais com programas sociais. Propondo-se ao fortalecimento institucional do Estado para atuar preventivamente. Configura-se como uma nova concepção de atuação em Segurança, com o objetivo de valorizar e fortalecer os laços comunitários e criar condições para o acesso a políticas públicas sociais. (BEZERRA, 2010).

O Projeto Mulheres da Paz como parte deste novo cenário, pertence ao Programa de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), instituído por lei em 2007. O PRONASCI é um programa do Governo Federal, do Ministério da Justiça, que se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Propondo-se articular políticas de segurança por meio de ações sociais, priorizando a prevenção e as ações diretas nas causas que levam à violência. (BRASIL, 2007).

Algumas diretrizes do PRONASCI relacionam-se à prevenção da violência, acompanhamento de jovens e enfrentamento de problemas sociais. Esse enfoque descreve um programa de Segurança Pública que volta o olhar para a construção da cultura de paz. Isso significa estender a responsabilidade pela segurança para vários

setores, visto que sem cidadania não pode haver segurança e vice-versa. (BRASIL, 2007)

O projeto Mulheres da Paz conta com o apoio de 25 estados, o Distrito Federal e 173 municípios brasileiros, onde milhares de mulheres participam do programa. (BRASIL, 2012). Desde 2009 o município de Canoas pertence a esses municípios, desenvolvendo atualmente ações em dois territórios da cidade, contemplando moradoras de sete bairros. O Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste está localizado em um destes territórios, onde se expandiu neste ano de 2013, entendendo que as ações promovidas pelo Projeto deveriam ser ampliadas para outros quatro bairros. Totalizando uma atuação que corresponde aos cinco bairros que compõem o quadrante nordeste da cidade de Canoas/RS.

As atividades das Mulheres da Paz estão estruturadas de acordo com o seguinte tripé de atuação: Prevenção da violência doméstica e de gênero, mobilização comunitária e articulação com a rede local de atendimento e prevenção da violência juvenil. (BRASIL, 2012). Dentre essas atuações, o Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste carrega em sua história o fortalecimento do trabalho voltado para a discussão de gênero, uma escolha que foi sendo construída a partir do desejo e da demanda vivenciada pelo próprio grupo de mulheres que participam do projeto desde o seu início.

3.2. GÊNERO E SUBJETIVIDADE

Joan Scott (1990) afirma que o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, sua reflexão direciona-se no sentido da produção do saber sobre a diferença sexual. Para a autora trata-se de um modo de compreensão sobre o qual o gênero é produzido. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

As relações de poder-subordinação, atividades, normas e condutas para homens e mulheres em cada sociedade dizem dessa construção social que é o gênero. Que vem, ao longo dos anos, colocando para a mulher um papel de submissão e de desvalorização. Essa situação, quando alcança idades mais avançadas, tende a reforçar esses papéis de acordo com Rios (1993) apud Figueiredo (2006).

Ser mulher é um grande desafio, independentemente da idade, da nacionalidade, do estado civil, econômico, político, social e religioso que ela tenha de origem. Em sua história, a condição feminina vive um tensionamento em relação a sua cidadania. Já que a mulher vem carregando há um longo tempo um *status* de “dependência”. (FIGUEIREDO, 2006).

A partir desses desafios encontrados pelos caminhos do ser mulher e neste enfoque, ser mulher idosa, Ramão, Meneghel e Oliveira (2005) destacam como possibilidades de ação, espaços para que a dimensão subjetiva dessas mulheres seja acolhida e resignificada. Um olhar fundamental para a construção de novas formas de atenção às mulheres deve partir de um espaço de escuta, aprendizado e cuidado. Rompendo com a estagnação dos processos de produção de desejo, produzidos pela desvalorização histórica da mulher, construindo novos modos de ser existir no mundo. Desejo, aqui percebido como força que produz e cria, revoluciona. (BAREMBLITT, 2002).

Guattari e Rolnik (2005) consideram a subjetividade como modos de ser, de sentir, de pensar e agir que constituem o sujeito em um determinado momento histórico. A subjetividade é considerada não como interioridade ou capacidade latente, mas constituída por relações e ligações que produzem o sujeito. Essas ligações e relações estão em constante metamorfose. (ROSE, 2001)

A subjetividade é essencialmente produção social, conforme Guattari e Rolnik (2005). Diz de uma composição de fluxos de afeto, intensidades pré-verbais da ordem do invisível, manifestas pela linguagem e instâncias identificatórias relativas às relações institucionais, sociais e culturais e, ainda, dispositivos como a música e as artes. Os fluxos de afetos, quando mobilizados, ativam o desejo, formando novos territórios existenciais. Territórios existenciais são as diferentes maneiras de o sujeito perceber-se no mundo.

Escóssia (2009) nos aponta que a produção de subjetividade vai de encontro ao conceito de coletivo, visto como plano relacional, constituído por e entre indivíduos e sociedade. O coletivo emerge aí como elemento capaz de favorecer um tipo de participação que é capaz de reafirmar a possibilidade de todo sujeito, e qualquer sujeito, em algum momento, ser o primeiro a se enunciar: 'proto-agonizar'. O coletivo, como dispositivo de inclusão, torna-se, assim, um conceito especialmente caro, um desafio quando se trata de falar de participação social

daqueles que carregam a marca da segregação e da alienação em nossa sociedade (COSTA; PAULON, 2012).

Quando se fala em protagonismo, está se dizendo de acordo com Costa e Paulon (2012) das possibilidades de experimentar a capacidade de pensar, sentir e decidir sobre suas vidas singulares em meio ao coletivo que constituem e que os constitui subjetivamente. Essas possibilidades se referem a uma costura micropolítica do processo participativo, que não se dá a priori nos espaços instituídos para que ele aconteça, mas pode se dar, inclusive, neles.

Por meio de construções coletivas, os grupos de mulheres, são, muitas vezes, "capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder". Promovendo por meio desta coletividade o protagonismo. (MENEGHEL et al, 2005). Meneghel et al (2005) ainda afirma que as intervenções coletivas operam mudanças nas subjetividades, por meio dos diálogos e encontros com diferentes saberes, pela expressão artística, pela linguagem corporal, e demais dispositivos terapêuticos. As oficinas, a arte, as histórias de vida podem servir como mediadoras no trabalho com mulheres idosas.

3.3. CIDADANIA

O aprendizado, a autonomia e a cidadania aparecem como produtores de sentido de vida num processo de inserção social e também de envelhecimento. Autonomia e a dignidade de todo ser humano são componentes éticos, que não se traduzem em favores que se possam oferecer aos outros. A autonomia de ação está diretamente relacionada com a emancipação, que significa liberdade, mas que também é capaz de reconhecer os limites pessoais. (FREIRE, 1998).

Faz-se necessário também refletir sobre o conceito de cidadania, que diz da consciência dos nossos direitos e deveres e da participação em questões da sociedade. Ou seja, tudo o que acontece no mundo, no país, na cidade, no bairro é da responsabilidade do cidadão, como sujeito de direitos e deveres, com capacidade crítica e reflexiva para participar das ações públicas do Estado. (SOUZA; RODRIGUEZ 1994).

Contribuindo com uma visão convergente, Pequeno (2001) contempla dizendo que a cidadania é a condição social que atribui ao indivíduo o usufruto de direitos que lhe permitem participar da vida política e social da comunidade no

interior da qual está inserida. Partindo desta ideia, ser uma cidadã com cidadania é estar participando (a partir do conhecimento dos direitos e deveres), gozando de direitos (privilégios garantidos pelo Estado), políticos e sociais tais como a solidariedade, companheirismo, amizade, empatia, ética, cuidado com o meio ambiente, entre outros.

Já para Ferreira (2004), a definição de cidadania é bastante complexa, visto que não se limita de um conceito universal, acabado e pronto, mas determinado pelo fator histórico, mudando de acordo com o tempo e o espaço. Assim, pode-se conceituar cidadania diante do momento histórico contextualizado, vivido por cada sociedade.

Ao destacarmos a realidade dos(as) idosos(as) no exercício de cidadania, segundo Bruno (2003) a velhice ainda é percebida como despolitizada, sendo necessário que se busque caminhos para politizá-la e conquistar um novo lugar e significado na sociedade. Um dos desafios propostos por Barros e Pimentel (2012) é a construção de estratégias de trabalho que não se aliem a propostas que partem de separações entre individual e social, coletivo e singularidade. Estratégias coletivas.

O termo coletivo não diz de uma quantidade de pessoas, e sim de uma impessoalidade capaz de afirmar o “para todos e qualquer um” relativa à dimensão pública das práticas nos mais diversos serviços. (BARROS; PIMENTEL, 2012). Coletivo não se refere, portanto, a uma unidade pronta, ao contrário, diz de um exercício de composição, um trabalho de construção de constituição de um mundo comum que não está dado de uma vez por todas. (ESCÓSSIA, 2009).

Este conhecimento comum pode ser produzido pela e na comunidade. Narrativas individuais e narrativas comunitárias são entrelaçadas de tal modo que, quando a história de uma vida individual é contada, ela carrega as histórias, os acontecimentos, as formas culturais e os modos de se comportar de toda uma comunidade. (JOVCHELOVITCH, 2008).

Os espaços públicos, que aqui podem ser referenciados como o espaço do Projeto Mulheres da Paz, se caracterizam como pontos de encontro, territórios de conexão e comunicação, destacando-se pela produção de visibilidade, de modo que questões de interesse comum possam emergir e que a pluralidade de perspectivas que constitui a comunidade possa ser trabalhada e resolvida. (JOVCHELOVITCH, 2008).

3.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ENVELHECIMENTO ATIVO

Considerando a(o) idosa(o) como cidadã(ão), não mais como passiva(o), mas como agente das ações sociais, numa abordagem baseada em direitos, que valorize os aspectos da vida em comunidade, é importante destacar sua importância na ocupação desses espaços públicos. Dentre os aspectos destacados pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa envolvendo a promoção do envelhecimento ativo¹ e saudável está o incentivo a participação das pessoas idosas em equipamentos sociais, grupos de terceira idade, atividade física, conselhos de saúde locais e conselhos comunitários onde o(a) idoso(a) possa ser ouvido(a) e apresentar suas demandas e prioridades. (BRASIL, 2006).

Ramão, Meneghel, & Oliveira (2005) nos ressaltam que o fortalecimento das mulheres e o exercício da cidadania, dizem das lutas pelos direitos, que podem ser oportunizadas pela reflexão sobre os direitos humanos, que encontram o grupo de mulheres como um espaço para tal ação, contribuindo para o empoderamento. Carvalho (2004, apud FERREIRA NETO et al, 2011) distingue dois tipos de empoderamento, um de cunho “psicológico”, que visa fortalecer a autoestima e mecanismos de autoajuda e solidariedade, e o outro de cunho “comunitário”, que busca o aumento da eficácia política em grupos e coletivos. Enquanto o primeiro pode produzir, no máximo, uma “autonomia regulada”, o segundo pode produzir estratégias políticas promotoras de uma autonomia mais plena. (FERREIRA NETO et al, 2011)

De acordo com BRASIL (2009) envelhecer também é e deve ser uma possibilidade para a participação social. A inclusão destas cidadãs na atuação comunitária é fundamental no desenvolvimento dos processos políticos e sociais. Tais processos também integram o âmbito da promoção do envelhecimento saudável.

A Organização Mundial da Saúde, OMS, (2008) considera que a participação em atividades de lazer, sociais, culturais e espirituais na comunidade permite que os idosos continuem a exercer a sua autonomia, fortalecendo suas redes de apoio e su-

¹ No final da década de 90, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008) passou a utilizar o conceito de “envelhecimento ativo” buscando incluir, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o envelhecimento. Pode ser compreendido como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. Envolve políticas públicas que promovam modos de viver mais saudáveis e seguros em todas as etapas da vida.

porte social. A integração social também abre caminhos para o acesso a informação, que é chave importante para o exercício da cidadania. Outro dado importante que reforça a razão pela qual o Projeto Mulheres da Paz pode servir como importante estratégia de participação social é o fato deste, contemplar ações na própria comunidade onde as mulheres moram, facilitando o acesso e a participação contínua das mesmas no projeto, aspecto destacado como uma condicionalidade relevante pela OMS (2008). A interação com diferentes faixas etárias, também apareceu como destaque quando se fala em participação social, já que estabelecendo relações intergeracionais (que também pode se dar por meio do Projeto Mulheres da Paz), a troca de conhecimento e experiências é ampliada.

Romper com a construção histórica social de que o envelhecimento é sinônimo de passividade é um desafio que vem sendo referenciado na discussão de políticas públicas para a saúde da pessoa idosa no Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006). É fundamental que se pense em abordagens que reconheçam o direito das(os) idosas(os) à igualdade de oportunidades e de tratamento em todos os aspectos da vida à medida que envelhecem. Essa abordagem inclui a responsabilidade das(os) mais velhas(os) no exercício de sua participação nos processos políticos e em outros aspectos da vida em comunidade.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) destaca que:

“O SUS é um sistema construído com base em princípios de solidariedade social, que assegura a participação da população, a universalidade do acesso, a equidade e a integralidade da atenção. As ações do SUS estão construídas num contexto de preservação das conquistas sociais, fortalecimento da organização da sociedade, em especial dos setores que mais sofrem as conseqüências da pobreza e da desigualdade social. O SUS tem princípios que, quando aplicados, são capazes de garantir o acesso, a qualidade e a humanização dos serviços de saúde.” (CNS, 2006 p. 1).

A implicação da população do que diz respeito ao Sistema Único de Saúde está pautada também na prática da cidadania. De acordo com o CNS (2006 p. 6) “a construção de políticas de saúde capazes de atender a população, reduzir as desigualdades sociais e promover o fortalecimento da democracia somente será possível com a participação cidadã”².

² Participação social na saúde é uma das maneiras de se efetivar a democracia, por meio da inclusão de novos sujeitos sociais nos processos de gestão do SUS, como participantes ativos em debates, formulações e

Considera-se importante a emersão das ações promovidas pelo Projeto Mulheres da Paz, considerando que estas também atravessam as demandas da saúde, já que como destacado acima, é irrelevante pensar em políticas públicas de saúde sem que seja pela via do exercício de cidadania. Sendo “direito e dever da sociedade participar das gestões públicas em geral e da saúde pública em particular” Art.198 da Constituição Federal (1988). Bem como “é dever do Poder Público garantir as condições para essa participação, assegurando a gestão comunitária do SUS”, Art 7º do Capítulo II da Lei n.º8.080/1990 (1990).

As transformações sociais partem desses movimentos individuais/coletivos citados anteriormente e é ao passo dessas ações que os caminhos para outras possibilidades de vida podem se fazer. Possibilidades que dialoguem com a realidade são fundamentais na construção dos olhares para com a velhice. Velhice essa busque andar ao passo da cidadania e da problematização e co-responsabilização das políticas de saúde.

fiscalização das políticas desenvolvidas pela saúde pública brasileira, o que lhes confere legitimidade e transparência. O SUS deve identificar o usuário como membro de uma comunidade, com direitos e deveres, e não como receptor passivo de benefícios do Estado. (BRASIL, 2004)

4. MÉTODO

Do ponto de vista metodológico, parte-se dos pressupostos da pesquisa-intervenção, que se coloca no âmbito das pesquisas qualitativas e participativas. Destaca-se que a pesquisa-intervenção se dá como procedimento de aproximação com o campo, neste caso, o Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste do município de Canoas. No que diz respeito à esta metodologia de pesquisa, é importante ressaltar que o pesquisador e o pesquisado, o sujeito e o objeto do conhecimento se constituem no mesmo processo e momento. Considera-se, então, o momento da pesquisa como momento de intervenção, já que sempre se está envolvido no processo do “pesquisar” (BARROS; PASSOS, 2000).

Para entender o processo de subjetivação dessas mulheres buscamos inspiração no método cartográfico. Considera-se a Cartografia um método de pesquisa-intervenção em constante prática, já que não é um método pronto que possa se aplicar (BARROS; KASTRUP, 2010). Estes autores ainda destacam a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir, pois toda pesquisa é intervenção.

De acordo com Lourau (1993) fazer uma intervenção significa entre outras coisas, “articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se pensava existir soluções”. Ou seja, estranhar e mesmo questionar a homogeneidade, a coerência, a naturalidade dos objetos e dos sujeitos que estão no mundo, nas instituições. Ao mesmo tempo, afirmar as multiplicidades, as diferenças, a potencialidade dos encontros que são sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos e sujeitos.

Ao discutirem sobre os fenômenos de produção de subjetividade, Barros e Kastrup (2010) entendem que eles possuem como características o movimento, a processualidade e a transformação. A cartografia, neste caso, auxilia no processo de produção (estudo) da subjetividade destas mulheres. “A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. A cartografia parte do reconhecimento de que o tempo todo estamos em processos, em obra” (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 73). Em linhas gerais, trata-se de investigar um processo de produção, onde a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo das subjetividades se

afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim.

Fala-se em praticar a cartografia e não em aplicá-la, pois ela não é composta por regras gerais que servem para casos particulares. A cartografia é um método transversal por funcionar na desestabilização dos eixos verticais/horizontais. A transversalização se dá na captação dos movimentos constituintes das formas. É no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios que a cartografia vai se fazendo (BARROS; KASTRUP, 2010). Quando se fala em pesquisa cujo objetivo é a investigação dos processos subjetivos, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. A pesquisa neste caso, tende a partir do “meio”.

Passos e Barros (2010) ressaltam que a análise por meio da pesquisa-intervenção se faz sem distanciamento, já que se está mergulhado na experiência coletiva em que tudo e todos estão envolvidos. Essa constatação coloca em questão os ideais de objetividade, neutralidade e imparcialidade do conhecimento. Já que todo o conhecimento está imerso em um campo de forças onde cruzam interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, etc.

4.1. PROCEDIMENTOS

O grupo cartografado é formado por mulheres participantes do projeto social Mulheres da Paz Quadrante Nordeste/Canoas-RS, com idades entre 60 e 78 anos, totalizando onze mulheres, que pertencem a dois grupos maiores de aproximadamente 30 mulheres cada. Esses grupos envolvem uma variante de idades, tendo como idade mínima 16 anos.

A pesquisa-intervenção acontecerá por meio de encontros que se darão semanalmente no espaço da casa do Projeto. Esses encontros contemplarão a proposta de formação/capacitação prevista pelo Ministério da Justiça. Com duração prevista para 12 meses. Essa formação/capacitação contempla como temáticas centrais os seguintes assuntos: Direitos humanos, Direitos da Mulher, Relações de Gênero, Violência contra a Mulher, e Juventudes.

Os dispositivos utilizados como ferramentas de trabalho e de análise serão: palestras e oficinas coordenadas por convidados(as) e pela equipe técnica do Projeto, filmes, vídeos, produção textual, técnicas de grupo, músicas e outras ferramentas que se fizerem necessárias para compor espaços de reflexão,

produção, sensibilização e criação. Barros e Kastrup (2010) pontuam que durante a pesquisa-intervenção, a exploração dos processos de subjetividades vai acontecendo também pelos olhares, escutas, cheiros, gestos e ritmos.

Será utilizado também como material de análise o diário de campo para registrar as observações, as conversas e as percepções vivenciadas nos grupos. Os materiais de referenciais teóricos também serão utilizados, buscando complementar o encontro teórico-prático.

As atividades serão previamente planejadas (construção de um cronograma de atividades) pela equipe técnica do Projeto. Esta equipe é formada por uma coordenadora bacharel em filosofia e mestre em sociologia, uma assistente social, uma psicóloga (neste caso, a pesquisadora) e uma agente de ação social.

Será realizada uma reunião inicial tanto com a equipe técnica bem como as mulheres participantes do Projeto, para o contrato de trabalho e apresentação do projeto de pesquisa. As mulheres serão convidadas a participar, receberão esclarecimentos sobre a pesquisa, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e conduta ética para condução da pesquisa.

O projeto respeitará as resoluções do Conselho Nacional de Saúde e Conselho Federal de Psicologia, assim como será submetido ao Comitê de Ética do Grupo Hospitalar Conceição. Os dados serão mantidos em sigilo.

6. ORÇAMENTO – ESTIMATIVA DE CUSTOS

Material	Valor Unidade	Valor Total
01 Computador	1.200,00	1.200,00
01 Pacote com 500 Folhas A4	12,00	12,00
01 Impressora	300,00	300,00
04 Canetas	1,60	6,40
01 Grampeador	7,50	7,50
01 Caixa de grampos	7,30	7,30
01 Aparelho de som	300,00	300,00
		Total: 1.833,20

- O restante do material que será utilizado já está previsto no orçamento de custos realizado pelo Ministério da Justiça para a implementação do Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. (org). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

ALVES, José Augusto Lindgren. A Agenda Social da ONU contra a desrazão “pós-moderna”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS*, ano 11, n. 30, p. 63-82, fev. 1996.

BAREMBLITT, G. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes – teoria e prática*. 5a. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BARROS, M. E; PIMENTEL, E. H. C. Políticas Públicas e a Construção do Comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psique*, Vol.2, n.2, 2012.

PASSOS, Eduardo. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079, 2000.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSICA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-31.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSICA, Liliana da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-77

BEAUVOIR, S. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1960.

BEZERRA, Claudia de Magalhães. Protagonismo Feminino na prevenção da violência: O Projeto Mulheres da Paz (PRONASCI/MJ) no estado do Rio de Janeiro. In: *Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010. Disponível em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278288784_ARQUIVO_trabalho_escrito_fg9_ClaudiaBezerra.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Orgânica da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS no seu município: garantindo saúde para todos. Ana Lucia Pereira et al. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais para os pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Lei ordinária Nº 11530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública Com Cidadania - Pronasci e da Outras Providencias. Disponível em:<
<http://portal.mj.gov.br/pronasci/main> >

BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Promoção do envelhecimento saudável: vivendo bem até mais que 100! Cartilha do profissional de saúde. Cristina Padilha Lemos e Sandra R.S. Ferreira (org.). Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança. Manual de orientações aos proponentes para elaboração de propostas Via SICONV nas ações Mulheres da Paz e Protejo edital/2012, ANEXO IV. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança. Diretrizes Nacionais Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO ANEXO I. 2012.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 74–83, set. 2003.

CARVALHO, MLF. A mulher na terceira idade: significados e sentido para a enfermagem. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ; 2000.

CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de promoção à saúde. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Formação e Cidadania. Informativo eletrônico - Ano III - nº 24 – março de 2006.

COSTA, D.F.C.; PAULON, S.M. Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 572-582, out./dez. 2012

ESCÓSSIA, L. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 13, supl. 1. 2009. p. 689-694.

FERREIRA, Luiz A. M. Cidadania das crianças, adolescentes e portadores de deficiência e sua implicação nas empresas. Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.2, p.47-57, jul./dez. 2004. Disponível em: <
http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_05.pdf
>

FERREIRA NETO, J. et al. Usos da noção de subjetividade no campo da saúde coletiva. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(5): 831-842, mai, 2011.
FIGUEIREDO, M. et al. Educação em saúde: autonomia e cidadania da mulher idosa. Esc Anna Nery R Enferm, dez; 10 (3): 458 – 63, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1998

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolíticas: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVICH, S. Os contextos do Saber. Representações, Comunidade e Cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURAU, R. Análise Institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMAO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 13, n. 3, p. 567-583, set.-dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300006&lng=pt&nrm=iso

MINAYO, M. organizadora. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes; 1996.

MOTTA, A. A dimensão de gênero na análise do envelhecimento. In: Ferreira M, organizadora. Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero. São Luís (MA): EDUFMA/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa: mulher, cidadania e relações de gênero; Salvador (BA): REDOR; 2001.

OLIVEIRA, Renata Ghisleni de; SILVEIRA, Raquel da Silva; TITTONI, Jaqueline; DIAS, Lúcia Ruduit; RÉUS, Lucia Helena; CARGIN, Daiana; SILVA, Paula Marques. Inter disse o quê? Reflexões acerca da interdisciplinaridade Direito e Psicologia no contexto de formação profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15. *Anais...* Maceió, AL, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia global: cidade amiga do idoso. 20 Avenue Appia 1211 Genebra 27, Suíça, 2008.

PEQUENO, Marconi. Ética, Educação e Cidadania. Educação em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosófico. 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/04_marconi_pequeno_etica_educacao_cidadania.pdf

PRONASCI-RIO CULTURA DE PAZ/Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Relatório Final de Avaliação do Pronasci -Rio Cultura de Paz 2008/2009. Rio de Janeiro, 2009.

RAMÃO, S. R.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. Nos caminhos de lã - cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. *Revista Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 79-87, 2005.

ROSE, N. Inventando nossos eus. In T. T. Silva (Org.), *Nunca fomos humanos: nos sentidos do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA, H,; RODRIGUEZ, C. *Ética e cidadania*. São Paulo (SP): Moderna; 1994.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Curso de Especialização em Gestão da Atenção à saúde do Idoso da Escola do Grupo Hospitalar Conceição. Chamo-me Michele Nunes D'Ávila, psicóloga CRP/RS: 07/20052, pesquisadora, sob orientação acadêmica do Prof. Ms. Luiz Henrique Alves da Silveira CRP/RS: 07/10142. O objetivo desta pesquisa-intervenção é analisar os efeitos que o Projeto Mulheres da Paz – Quadrante Nordeste do município de Canoas/RS produz na vida das idosas que dele participam, considerando o exercício da cidadania como questão central.

Para que isso ocorra, serão desenvolvidos encontros semanais com duração de 3 horas cada com grupo de mulheres que participam do Projeto. Os principais dispositivos de trabalho utilizados serão audiovisuais (vídeos, filmes, músicas), palestras, oficinas, atividades externas e técnicas de grupo. Durante e ao término da pesquisa os dados serão utilizados para a construção de artigos científicos que possam vir a contribuir para discussões acerca do processo de envelhecimento ativo.

Desta forma, convidamos você a participar desse estudo que está sob responsabilidade da Psicóloga Michele Nunes D'Ávila e do Prof. Me. Luiz Henrique Alves da Silveira, ambos vinculados à Escola do Grupo Hospitalar Conceição.

Eu,....., declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre a pesquisa acima mencionada e o procedimento que será utilizado, sabendo que as informações que fornecerei para a pesquisa serão confidenciais e não serei identificada. Estou ciente de que poderei interromper a minha participação na pesquisa assim que desejar, assim como não sou obrigada a participar de todas as atividades propostas. Compreendo que a pesquisa não me trará qualquer despesa pessoal.

A minha assinatura neste documento autoriza a pesquisadora utilizar os dados obtidos somente para os objetivos da pesquisa. Caso necessite de algum esclarecimento sobre minha participação nesta pesquisa, poderei entrar em contato com a pesquisadora responsável, Psicóloga Michele Nunes D'Ávila, pelo telefone 51 92715020 e e-mail michelendavila@yahoo.com.br. Este documento está sendo

apresentado em duas vias, sendo uma delas para a entrevistada e outra para a pesquisadora.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da Entrevistada: _____

Assinatura da Entrevistadora: _____

Assinatura do Orientador: _____